

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em oito (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia) dos 18 municípios que compõem a RI Guamá, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	1.859.165		155.347	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.

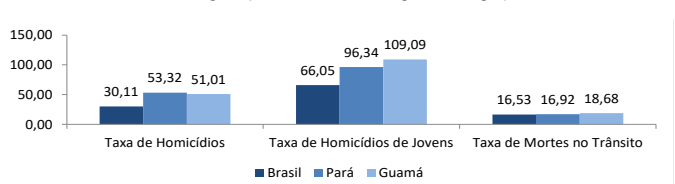
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios de jovens e taxa de mortes no trânsito, e inferior para o indicador taxa de homicídios. A taxa de homicídios, no estado, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 51,01. Os municípios de Inhangapi e Castanhal apresentaram as maiores taxas, 79,03 e 76,31 homicídios, respectivamente, em contraposição a São Francisco do Pará, que não apresentou nenhum caso de homicídio, e Magalhães Barata, que registrou a menor taxa, 12,03 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guamá (109,09 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de São Caetano de Odivelas e Castanhal alcançaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 175,37 e 163,71 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Magalhães Barata, São Francisco do Pará e São João da Ponta não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de mortes por acidente no trânsito, a RI Guamá registrou, em 2017, 18,68 mortes, enquanto o Pará apresentou taxa inferior, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Magalhães Barata (48,10 mortes) e Terra Alta (35,09 mortes), as menores taxas foram observadas por São Domingos do Capim (3,21 mortes) e Maracanã (6,97 mortes).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxa superior ao Pará no indicador taxa de homicídios no trânsito e taxas inferiores para os indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 43,00 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou taxa de 15,62 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, no Pará, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, e na RI Guamá, 1.205,47 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Segurança	PARÁ		RI GUAMÁ	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	45,27	43,00
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	22,18	15,62
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.438,44	1.205,47

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Guamá registrou um total de 42,1% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guamá apresentou um Índice de Gini de 0,53, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Guamá	42,1	0,53

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guamá, 58,6% da população de seus municípios estavam inscritos no cadastro, contra 52,6% de inscritos em todo o Pará. Desses inscritos na RI, 77,1% declararam que possuíam renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e, no estado, 78,6% declararam o mesmo. Das famílias inscritas no cadastro, na região, 65,9%, recebiam o Bolsa Família, acima do índice do Pará, 64,2% do total de inscritos.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guamá e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	52,6	78,6	64,2
RI Guamá	58,6	77,1	65,9
Castanhal	44,1	55,1	45,2
Colares	71,2	83,1	74,9
Curuçá	73,4	92,4	81,1
Igarapé-Açu	65,6	80,4	71,5
Inhangapi	65,7	81,3	70,2
Magalhães Barata	71,1	73,6	64,9
Maracanã	83,1	88,4	76,7
Marapanim	64,7	86,4	75,8
Santa Isabel do Pará	46,1	71,3	59,4
Santa Maria do Tauá	66,3	77,7	65,7
Santo Antônio do Taurá	59,4	84,8	71,5
São Caetano de Odivelas	69,4	82,6	74,2
São Domingos do Capim	76,4	88,6	82,2
São Francisco do Pará	67,8	77,9	68,0
São João da Ponta	80,2	84,1	73,0
São Miguel do Guamá	59,4	84,7	73,6
Terra Alta	79,3	86,0	73,5
Vigia	60,9	83,3	68,0

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem essa região, Maracanã e São João da Ponta possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 83,1% e 80,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Curuçá (92,4%), São Domingos do Capim (88,6%) e Maracanã (88,4%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que registraram o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram São Domingos do Capim (82,2%) e Curuçá (81,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens¹, em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Guamá comportava 204.787 jovens, ou 29,83% de sua população. No período de 2015 a 2018, Castanhal e Santa Isabel do Pará apresentaram o maior número de jovens entre os municípios da região, e, no último ano do período, 2018, a maior concentração de jovens ocorreu em Castanhal (60.759), Santa Isabel do Pará (22.203) e São Miguel do Guamá (17.259), que, juntos somaram, 49% dos jovens. Considerando a participação, Santa Isabel do Pará (31,83%) e Igarapé-açu (30,74%) lideravam o ranking das maiores e São Francisco do Pará (27,31%) e Marapanim (27,75%) ocupavam as últimas posições.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Guamá	196.243	29,75	198.542	29,76	200.752	29,77	204.787	29,83
Castanhal	58.245	30,69	59.069	30,67	59.861	30,66	60.759	30,64
Colares	3.314	28,37	3.326	28,38	3.339	28,40	3.428	28,47
Curuçá	10.494	27,76	10.666	27,78	10.831	27,80	10.999	27,82
Igarapé-Açu	11.345	30,39	11.433	30,45	11.518	30,51	11.862	30,74
Inhangapi	3.352	30,33	3.413	30,41	3.472	30,49	3.534	30,57
Magalhães Barata	2.325	28,08	2.333	28,12	2.340	28,14	2.420	28,39
Maracanã	7.959	27,77	7.968	27,79	7.977	27,81	8.569	29,12
Marapanim	7.506	27,43	7.545	27,47	7.582	27,50	7.830	27,75
Santa Isabel do Pará	21.158	31,82	21.542	31,83	21.911	31,83	22.203	31,83
Santa Maria do Pará	6.877	28,74	6.899	28,68	6.921	28,62	7.015	28,37
Santo Antônio do Tauá	8.683	29,31	8.832	29,31	8.974	29,32	9.101	29,32
São Caetano de Odivelas	5.081	29,17	5.107	29,20	5.132	29,22	5.277	29,37
São Domingos do Capim	8.646	28,03	8.687	28,03	8.727	28,04	8.936	28,07
São Francisco do Pará	4.337	28,20	4.336	28,12	4.335	28,05	4.324	27,31
São João da Ponta	1.649	28,46	1.681	28,57	1.712	28,68	1.743	28,77
São Miguel do Guamá	16.557	29,60	16.770	29,59	16.975	29,59	17.259	29,59
Terra Alta	3.184	28,63	3.227	28,65	3.268	28,67	3.326	28,69
Vigia	15.531	30,35	15.708	30,38	15.877	30,41	16.202	30,46

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos correspondiam a 25,51% dos vínculos, no Pará, e 27,19%, na RI Guamá. Os maiores percentuais de participação de jovens no

¹ A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.